

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

A apresentação do Programa de Ação do Governo (PAG) do PT ocorre em um momento em que o capitalismo no Brasil atravessa uma profunda, prolongada e grave crise. Uma crise que se tem manifestado, na última década, em um processo de estagnação econômica. Em todo o período do pós-guerra, o Brasil manteve uma taxa de crescimento do PIB de 7% ao ano e de 9% na produção industrial, o que colocou o País na posição de nona economia dentro do sistema capitalista internacional. Na última década, no entanto, o PIB do País cresceu em torno de 2,5% ao ano e a renda por habitante praticamente não cresceu. A estagnação econômica está associada a um processo inflacionário descontrolado, que em 1988 chegou a quase 1.000% e que mantém a ameaça de hiperinflação sempre presente na sociedade brasileira. A esta crise se soma o atraso tecnológico em setores importantes e estratégicos, justamente quando a economia internacional atravessa uma fase de intensa modernização, absorvendo novas tecnologias e promovendo um vasto reordenamento estrutural.

A crise da economia brasileira é reforçada pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico imposto pela Ditadura Militar e que a Nova República foi incapaz de enfrentar. Todo o padrão de financiamento da economia praticamente entrou em colapso. De um lado, o País vem transferindo a cada ano cerca de 4,5% do PIB para o exterior, em função do pagamento dos juros da dívida externa; de outro, o gravíssimo endividamento do Estado impede a retomada dos investimentos públicos e imobiliza instrumentos fundamentais de política econômica.

A crise econômica agrava a crise social, herança do crescimento capitalista no Brasil, excludente, concentrador e predatório. Assim, convivem no País uma burguesia próspera, concentradora de propriedades e riquezas, desfrutando de um elevadíssimo padrão de vida, ao lado de milhões de brasileiros que sequer têm atendidas suas necessidades básicas de sobrevivência. Em 1960, um terço da população consumia menos de 2.240 calorias por dia, o padrão alimentar mínimo para que um indivíduo não seja considerado desnutrido pela FAO, organismo da ONU. Em 1988, dois entre três brasileiros comiam menos que o necessário. Na área de educação, 8,5 milhões de crianças em idade escolar obrigatória se encontram fora da escola, em um País em que um quarto da população adulta é analfabeta. Metade dos domicílios não têm luz elétrica e 13 milhões de pessoas sofrem do mal de Chagas. As estatísticas oficiais revelam que 35% das famílias têm uma renda per capita inferior a meio salário mínimo, sendo que mais de 40 milhões de pessoas vivem em estado de pobreza absoluta.

NO BRASIL, 40 MILHÕES DE PESSOAS VIVEM NA MISÉRIA

Embora poderosa e dinâmica para implantar no País um parque industrial altamente diversificado e para desenvolver uma economia que se situa entre as maiores do mundo capitalista, a burguesia não tem conseguido, nos últimos anos, solucionar os problemas de desenvolvimento do capitalismo. Suas sucessivas políticas têm naufragado, fazendo aprofundarem-se as desigualdades sociais e as disparidades regionais.

Ademais, é visível o fracasso de sua estratégia política de transição controlada, de passagem da Ditadura Militar para um governo civil autoritário, comandado pelo falido Governo Sarney. Todas as tentativas dos últimos anos, de garantir a hegemonia política das classes dominantes através do PMDB e da Nova República, dos sucessivos planos e choques econômicos, foram derrotadas principalmente pela mobilização sindical e popular. Frustraram-se, principalmente, pela oposição do PT e da CUT, de intransigência frente à política de cooptação e subordinação que o PMDB e as elites procuraram impor ao País desde o Colégio Eleitoral. Dentre estas tentativas destaca-se, fundamentalmente, o fracasso do Pacto Social. Na Constituinte, nas lutas sindicais e populares e, agora, nas eleições de 1988, foi se construindo uma alternativa à Nova República e à transição conservadora, agora concretizada na candidatura Lula e na frente política de partidos populares.

Aqui reside, então, a síntese da crise da burguesia e do capitalismo no Brasil: após anos de ditadura aberta e de transição controlada, as classes dominantes se deparam com o risco de perder a primeira eleição para a Presidência, no centenário da República.

Incapazes de exercer uma hegemonia política, seja por intermédio de lideranças ou de partidos, as classes dominantes amargam a crise do Governo Sarney, o esfacelamento do PMDB e a arrasadora derrota eleitoral de 1988. Apesar dos impasses que enfrentam, as classes dominantes inclinam-se, neste momento, em direção à candidatura do ex-prefeito biônico e governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello. Sua candidatura, trabalhada pelos meios de comunicação, é apresentada como de oposição a Sarney e se caracteriza como uma alternativa aos políticos tradicionais, acima dos partidos e tentando ocultar sua origem conservadora.

Sua plataforma eleitoral, vaga e demagógica, explora temas sensíveis ao imaginário popular: a luta contra o gigantismo e a ineficácia do Estado; combate ao favoritismo, à corrupção e aos privilégios (marajás e funcionários fantasmas).

O crescimento espetacular de Collor nas pesquisas e sua penetração junto a amplos setores da população têm atraído as classes dominantes, que, entretanto, ainda não se engajaram em bloco para apoiá-lo. Ao que tudo indica, só a evolução da campanha, a definição programática e a explicitação dos compromissos de Collor é que deixarão mais nítido o quadro de opções da classe dominante, hoje ainda dividida entre outras candidaturas, como as de Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves, Ronaldo Caiado e Afif Domingos, havendo até mesmo segmentos localizados e minoritários vinculados a Covas e Brizola.

Se é verdade que esta crise é real e que são evidentes os sinais de crise da transição, não restam dúvidas, também, que neste momento a dominação da burguesia brasileira não está em xeque. Apesar do descrédito político de grande parte da população nas instituições governamentais e da relativa unificação das lutas políticas e sociais dos trabalhadores nos últimos anos, a continuidade da dominação burguesa não esteve ameaçada. Estão aí, a demonstrá-lo, o poder do Estado, o papel das Forças Armadas e do aparelho de repressão, o controle sobre os meios de comunicação de massa. Ao mesmo tempo em que se processou um extraordinário desenvolvimento das forças produtivas na economia capitalista no Brasil, ainda não

se desenvolveu na maioria da população uma consciência anticapitalista, de negação deste sistema. O próprio capitalismo no Brasil, mesmo em crise, atingiu um alto grau de desenvolvimento e complexidade, a despeito de sua dependência e integração aos países capitalistas mais ricos.

PODEMOS E DEVEMOS CONQUISTAR O EXECUTIVO

Mas também é certo que o período atual se caracteriza pela retomada da luta social e política dos trabalhadores, pela reconstrução de suas organizações classistas e pelo início de um projeto político próprio. Nesse sentido é que se fala de uma política de acúmulo de forças e de uma mudança na correlação, visto que as classes dominantes haviam se acostumado, ao longo de 21 anos de ditadura, a impor seu domínio pela repressão e não através da disputa política.

O fato é que as lutas sociais e políticas dos últimos 15 anos foram mudando a correlação de forças, como bem demonstram as eleições de 15 de novembro último e a greve geral de 14/15 de março.

Estes episódios revelam não apenas uma posição de protesto, mas também, de forma incipiente, que uma importante parcela da classe trabalhadora rejeita a hegemonia do projeto liberal-conservador do PMDB e opta por uma alternativa à esquerda, que o PT representa, junto com outras forças políticas democráticas e socialistas. Além disso, fica claro que a iniciativa também pertence às forças políticas populares, que representam a classe trabalhadora e organizam um núcleo importante de ativistas no movimento sindical (CUT) e na luta política institucional (PT).

Abre-se, assim, um novo período na disputa pela hegemonia da sociedade brasileira, na qual o PT e a CUT desempenham um papel notável. Trata-se, na verdade, da presença na cena política de uma classe trabalhadora independente, organizada em partido, em sindicatos, associações, movimentos sociais e culturais, disposta a construir seu programa e a fazer valer sua hegemonia.

Movimento semelhante acontece no campo das classes dominantes, onde setores da burguesia se lançam na disputa político-ideológica, seja através do pensamento neoliberal e na luta contra as idéias socialistas, seja no embate político-ideológico representado pela UDR. Ao crescimento da luta pela reforma agrária e do Movimento dos Sem-Terra a UDR contrapôs a violência e a disputa ideológica.

Em que pesem os 21 anos de ditadura e os erros da esquerda brasileira, parece ter chegado ao fim o terrível dilema que angustiou uma geração de líderes sindicais, populares e partidários: apoiar os projetos nacionais e/ou reformistas da burguesia ou cair no isolamento, no gueto político e cultural. O projeto do PT, a luta sindical, popular, estudantil, agrária, ecológica e de libertação da mulher, do negro e da juventude travada nos últimos 15 anos aponta um caminho, abre a possibilidade histórica de o PT ser governo, disputar a hegemonia, construir uma força social e política.

Embora não exista uma crise do tipo revolucionário, nem mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o Executivo, a Presidência da República, inaugurando um novo período no qual, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia se

dará em outro patamar. Estará colocado para o PT e para as forças democráticas e populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, de lutas políticas e sociais. Tudo isso criará condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas.

Para isso, faz-se necessário dar resposta a inúmeros problemas que a nova conjuntura nos apresenta. Em primeiro lugar, não basta concorrer às eleições com uma plataforma de lutas econômicas e políticas dos trabalhadores e dos setores médios da sociedade. Nem, tampouco, é possível propor um programa socialista, inexecutável e que nos isolaria. Trata-se, então, de apresentar um Programa de Ação de Governo que expresse as principais reivindicações dos trabalhadores, as reformas econômicas e sociais para retirar o País da crise e combiná-lo com a luta política e ideológica, com a disputa pela hegemonia na sociedade. Estimulando o crescimento e fortalecimento dos movimentos sociais, promovendo a auto-organização dos trabalhadores, abrindo canais para a participação popular, criando instrumentos de poder local, fazendo surgir um real movimento socialista, estaremos não só viabilizando um governo democrático-popular, mas estaremos forjando as condições políticas e sociais para transformações socialistas no País.

Entendemos, pois, que tanto o governo como o Programa terão um caráter democrático-popular, revolucionário, porque estará articulado com a atuação do PT, seja na disputa político-ideológica, anticapitalista e socialista, seja na intervenção nas lutas sociais, no trabalho de auto-organização dos trabalhadores e sua participação decisiva na luta social e política, agora levada para o centro do poder do Estado, a Presidência da República.

A QUEM SERVE O GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR DO PT

O objetivo permanente de um governo democrático e popular é a construção de um poder alternativo, fundado no compromisso de promover a igualdade social e orientado pela busca radical de liberdade. Um poder que faça da democracia não um compromisso discursivo e legitimador de práticas formais e alienantes de uma pseudo-participação política, mas que estimule a criação de novas esferas públicas de participação política e afirmação da cidadania, que respeite e resguarde os direitos das posições minoritárias, que assuma a noção de pluralidade de sujeitos políticos, que impulse a diversidade; um poder, enfim, que se coloque o desafio de dirigir a sociedade e romper com todas as formas de dominação. Isto exige ampliar e consolidar as conquistas democráticas, eliminar a tutela militar, aperfeiçoar o sistema de representação política e os mecanismos eleitorais, consolidar a liberdade sindical e os direitos dos trabalhadores, democratizar o Judiciário, pôr fim aos monopólios da comunicação, resgatar e redefinir o conceito de cidadania, apostando na elevação do nível de consciência dos trabalhadores e no amadurecimento político-ideológico dos movimentos sociais, impulsionando as formas de auto-organização dos trabalhadores e preparando as condições políticas e acumulando forças para a revolução socialista.

De outra parte, um governo popular terá de se colocar a serviço dos interesses populares, dos trabalhadores, dos pequenos produtores e pequenos proprietários, das camadas médias da sociedade. Terá de ser, portanto, um governo

que redistribua a renda; que lute pela erradicação da pobreza, pela eliminação das desigualdades sociais e regionais; que redefina o papel do Estado, hoje sob controle de interesses privados e de seus prepostos, que manipulam a burocracia civil e militar; que promova o crescimento econômico, condição indispensável para assegurar emprego, casa, comida, acesso à educação e possibilidade de expressão cultural para todo o povo. Um governo como esse, forçosamente, terá de enfrentar-se com os interesses dominantes na sociedade brasileira, que se expressam, hoje, na dívida externa, no monopólio da terra, no papel do Estado e no domínio do capital financeiro, industrial, monopolista, sobre a economia.

Daí que nossos adversários principais são os credores internacionais, os latifundiários, os banqueiros, os grandes oligopólios, além dos grupos privados, associados à burocracia civil e militar, que controlam o Estado brasileiro. Não se trata de um enunciado histórico ou de uma avaliação sociológica, mas da realidade política e econômica do Brasil de hoje. Assim, qualquer política que pretenda resolver os problemas sociais e econômicos do País terá de se defrontar com os interesses desses setores da classe dominante. Por isso, não se fará a reforma agrária, não se suspenderá o pagamento da dívida externa, nem se promoverá uma reforma tributária e administrativa sem se chocar com o latifúndio, com os credores internacionais, com as grandes fortunas e com a burocracia civil e militar.

Se considerarmos a iniciativa em curso do pensamento neoliberal, bem como a política econômica do Governo Sarney, não é difícil imaginar quais as conseqüências de uma vitória da direita em 15 de novembro. Um governo de orientação neoliberal tenderia a permitir uma maior apropriação da renda nacional pelos grandes monopólios, um saque dos próprios fundos sociais, a continuidade do desmonte dos serviços públicos, concentrando ainda mais renda e, sem dúvida, ampliaria a internacionalização dependente da economia brasileira.

Como se vê, também esta outra via para superar a crise econômica que o País atravessa provocaria choques e tensões, uma vez que uma política com tais características enfrentaria a resistência e mesmo a disputa política dos trabalhadores, do movimento social, repercutindo nos processos eleitorais de 1990, 1992 e 1994, se este for o caminho escolhido pela burguesia.

Parece claro que há limites objetivos, de ordem institucional, para que o PT apresente, hoje, um programa de reformas sociais e por democracia. Sendo assim, o PT e os demais partidos e forças que elegerem Lula presidente terão de realizar uma mobilização social para, inclusive, emendar a Constituição e criar, também, condições para a implantação do Programa de Ação do Governo.

Do mesmo modo, os limites do governo democrático-popular estão dados pela correlação de forças, pelo grau de desenvolvimento da luta de classes, pelo nível de consciência e de organização dos trabalhadores e por sua capacidade de intervenção na disputa política na sociedade brasileira. No entanto, nem os limites institucionais (Constituição de 1988, minoria no Congresso Nacional, Poder Judiciário reacionário) nem os não-institucionais (tutela militar, hegemonia política da burguesia, monopólio dos meios de comunicação, propriedade dos meios de produção) podem determinar nosso programa partidário e nosso objetivo de construir uma sociedade socialista.

O GOVERNO LULA

O PT assume a candidatura Lula convencido de que nas condições brasileiras atuais a luta institucional precisa ser assumida com espírito ofensivo e corajoso, abandonando-se qualquer tipo de preconceito que ainda sobreviva entre nós diante da ação eleitoral, através das vias legais, na disputa por hegemonia até mesmo no interior de um Estado controlado pela burguesia.

O Governo Lula representará uma experiência sem precedentes em nossa história e com poucos paralelos em nível internacional, o que exige uma grande capacidade de inovar em todo o direcionamento desse processo político original. Na ausência de paralelos que permitam comparações, a rica experiência vivida pelo Chile no Governo Allende (1970-1973) apresenta-se como marco histórico a ser estudado, para aproveitar as lições que podem dali ser extraídas e, principalmente, para evitar a repetição de qualquer desfecho semelhante.

Mesmo tendo consciência de que governo e poder não se confundem e que, por isso, a vitória de Lula não pode ser vista como conquista plena do próprio poder político, o PT compreende, também, que, no Brasil, o Executivo Federal concentra tantos recursos e tanta força institucional que o seu controle permite desencadear mudanças de uma envergadura capaz de alterar todo o quadro conjuntural, iniciando um processo que garanta a realização de nosso Programa Democrático-Popular, em direção às transformações socialistas.

Evitando formular, agora, respostas que só poderão nascer do contexto concreto que se abrirá com o novo governo, precisamos ter, pelo menos, clareza quanto às principais dificuldades a serem enfrentadas, assim como das principais potencialidades de mudança que podem ser garantidas com Lula na Presidência da República.

Como ponto de partida, é preciso ter consciência de que, em seu início, o novo governo estará seriamente limitado por uma legalidade constitucional que proíbe a reforma agrária, absolutiza o papel da propriedade privada e consagra a tutela das Forças Armadas sobre o poder civil.

Obstáculos e resistência estarão também presentes no funcionamento da própria máquina burocrática do Estado, viciada pelas contradições de clientelismo, corrupção, ociosidade e prepotência no trato com o público. O gigantismo do aparelho estatal inviabiliza qualquer plano de sanear, da noite para o dia, essa máquina burocrática. Não seria sensato apostar nesse saneamento, jogando para dentro da administração a totalidade dos quadros políticos petistas, que em boa parte precisa permanecer fora do governo, fortalecendo as instâncias partidárias e as lutas sociais, fatores decisivos na sustentação do governo.

Na raiz de todas essas dificuldades – e nisso não se permitem ilusões – estará o interesse de classes das elites, que não admitem qualquer restrição ao crescimento de seus privilégios e que tentarão paralisar ou desestabilizar o novo governo, utilizando a força do capital, os meios de comunicação de massa, a manipulação das idéias conservadoras de setores da população e lançando apelos reacionários à intervenção das Forças Armadas.

Teremos dificuldades desse porte, mas teremos também extraordinárias condições de acelerar o avanço das lutas sociais e da pressão de massas. O

Governo Lula nasce consciente de que todas as suas chances de êxito residem na perspectiva de ampliar, em escala gigantesca, a mobilização dos trabalhadores pela conquista de objetivos inscritos no Programa Democrático-Popular.

Existe, por outro lado, um número praticamente ilimitado de medidas que podem ser desencadeadas imediatamente pelo governo, como passos iniciais de uma estratégia de acumulação de forças. É importante, por isso, que fique claro que um Programa de Governo é um conjunto de diretrizes, é um rumo geral, cuja implementação dependerá de um conjunto de fatores. Estes fatores incluem, além das possibilidades de realizar mudanças legais (neste sentido, as eleições de 1990 serão um importante campo de disputa política com as classes dominantes), o grau de mobilização popular e de organização dos trabalhadores (que é um ponto central da correlação de forças). Justamente porque o Programa de Governo significará um rumo geral, será de extrema importância discriminar e enfatizar as medidas que o governo do PT adotará de imediato (nos primeiros 90 dias, por exemplo).

SOCIALISMO E DEMOCRACIA

Eis por que nossa tática para concorrer à Presidência da República com a candidatura do companheiro Lula e com um programa democrático e popular está associada à nossa política de acúmulo de forças e à nossa concepção de disputa de hegemonia na sociedade. Qualquer separação nessa linha pode conduzir à aventura de colocar na ordem do dia, hoje, a tomada do poder, ou levar ao rebaixamento político de incorrer no desvio de pretender reformar o capitalismo ou de administrá-lo. No debate político-ideológico ao longo da campanha eleitoral, deixaremos clara nossa opção pelo socialismo, um socialismo com democracia, com liberdade de expressão, com liberdade de organização dos trabalhadores, que rejeita a concepção burocrática e a visão do partido único.

Nosso projeto político vai além de ganhar a eleição presidencial. Seu sentido histórico é o de transformar o País, realizar uma revolução política e social. Para ganhar a eleição presidencial e realizar um governo popular, precisamos mudar a correlação de forças. Só é possível vencer este desafio com o crescimento do PT, de sua organização, capacidade de luta e de propor políticas, seja nos movimentos sociais, seja nos governos municipais. Do mesmo modo, o PT terá de dar respostas concretas às aspirações políticas e sociais dos trabalhadores, seja atendendo as suas reivindicações, seja organizando suas lutas e construindo seu projeto socialista.

O crescimento da CUT, do movimento social, sindical, popular, agrário, negro, da juventude, das mulheres, ecológico é condição para nossa vitória nas eleições de novembro. É também condição para viabilização do governo popular e está articulado com a luta pelo socialismo. Daí se vê que a ocupação de espaços institucionais e a construção de um projeto socialista igualmente dizem respeito à disputa de hegemonia e contribuem para o acúmulo e a mudança na correlação de forças.

Nossa política de alianças e de pluralidade democrática reconhece que a sociedade brasileira – principalmente os trabalhadores – se expressa por intermédio de agentes políticos e que suas condições objetivas, históricas e culturais exigem

uma unidade das forças partidárias de esquerda e uma ligação com os setores médios da sociedade.

Sabemos que o programa democrático-popular se choca com interesses que tudo farão para inviabilizar nosso governo, ou mesmo para desmoralizar o PT e as forças democráticas e populares durante o mandato do Lula. A resposta às tentativas de desestabilizar nosso governo e de romper com a institucionalidade, recurso que setores das classes dominantes historicamente têm utilizado, só pode ser a mais ampla mobilização e a luta social. O PT acredita que a capacidade de luta e a mobilização dos trabalhadores é o principal instrumento para o avanço político e programático de um governo popular.

Um governo do PT e da Frente Brasil Popular deverá realizar as tarefas democráticas e populares no País, de conteúdo antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista. A efetivação de medidas deste gênero, mesmo que de cunho não explicitamente socialista, choca-se diretamente com a estrutura do capitalismo aqui existente e somente poderão ser adotadas por um governo de forças sociais e políticas em choque com a ordem burguesa, um governo hegemônico pelos trabalhadores.

O PT não acredita na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no País. Ao contrário, por meio de um processo simultâneo de acúmulo de forças, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores criaremos as condições para dar início às transformações socialistas no Brasil.

Por estas condições, o governo democrático e popular e o início de transição ao socialismo são elos do mesmo processo. A passagem de um ao outro, no entanto, não é automática e nem resultado da “retirada de cena” das minorias privilegiadas que, com base na força e negação da democracia, subjugarão historicamente os trabalhadores e o povo deste país. A implementação da globalidade de um programa democrático-popular só pode ocorrer com a revolução socialista.

Do nosso ponto de vista, nossa intenção, nossa vontade política, nossos propósitos programáticos vão no sentido de conquistar o poder através da vontade, da mobilização e da luta da maioria, e não da tomada de poder por meio de um golpe de mão, de um putsch da vanguarda. Queremos o poder e a construção do socialismo através da vitória sobre a burguesia e seus aparelhos ideológicos de dominação. Com este objetivo estamos preparando o Partido, estamos construindo uma hegemonia política, social e ideológica, estamos acumulando forças para respaldar nosso projeto.

O PT não acredita num partido socialista sem trabalhadores. Nem acha possível construir o socialismo sem a ação decisiva dos trabalhadores no próprio processo dessa construção. A experiência histórica nos legou a convicção de que o socialismo ou é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo. Por isso, estamos dispostos a disputar em todos os campos da hegemonia na sociedade e chegar ao socialismo pela ação e pela vontade das maiorias. Pelo desejo do povo e dos trabalhadores.

As experiências de construção do socialismo – em particular onde as burocracias se apoderam do poder político em nome dos trabalhadores e os alijam

do seu exercício – demonstram que não pode existir um autêntico socialismo sem aprofundamento e defesa integral da democracia.

O pluralismo partidário, as liberdades de imprensa e sindical, de credo, a existência de condições efetivas para sua prática, o respeito integral aos direitos humanos são importantes conquistas da humanidade, que devem ser ferreamente defendidas pelos trabalhadores no processo de construção do socialismo.

Sabemos que não se farão reformas estruturais indispensáveis sem luta social, sem mobilização, sem greves, sem ampla participação das massas populares. Mas queremos fazê-lo de forma democrática, através da disputa com a burguesia e com seus aparelhos ideológicos de dominação. Com essa vontade política e esta disposição de luta estaremos prontos para construir, em todas as frentes, uma hegemonia política, ideológica e cultural dos trabalhadores.

Não encaramos a democracia como uma concessão das classes dominantes, dos de cima, nem como uma formalidade passageira, como a burguesia o tem feito em nosso país, ao golpeá-la sucessivamente cada vez que os trabalhadores ampliam seus direitos. A democracia é uma conquista dos trabalhadores, arrancada na luta política contra as classes dominantes. No Brasil, queremos transformar as liberdades políticas formais da Nova República em valores democráticos reais, permanentes, apropriados pelos trabalhadores e por toda a sociedade.

O PT quer a democracia e intervém na disputa político-cultural da sociedade contrapondo os valores e ideais do socialismo aos do capitalismo, com a certeza de que seremos capazes de vencer, construindo uma alternativa de poder democrático, socialista e revolucionário.

Nosso programa e nosso governo, portanto, pretendem garantir e ampliar as conquistas sociais e políticas dos trabalhadores contra qualquer tentativa das classes dominantes de promoverem uma ruptura ou um golpe.

A experiência histórica tem demonstrado que isso é possível: os trabalhadores, na prática política e social de luta pelo poder, constroem suas organizações, desenvolvem forças de luta apropriadas a cada momento histórico e conformam seus programas de transformação. O PT, com determinação e confiança nos trabalhadores, leva esta concepção às últimas conseqüências, defendendo seus objetivos e o projeto socialista que representa.